

Impasses ideológicos e memória estudantil no cinquentenário da obra *O Poder Jovem* de Arthur José Poerner

Thiago B. Castro

Como citar: CASTRO, T. B. Impasses ideológicos e memória estudantil no cinquentenário da obra *O Poder Jovem* de Arthur José Poerner. *In:* TOTTI, M. A.; CZAJKA, R. (org.). **Intelectuais, cultura e pensamento social no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 193-212. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-056-3.p193-212>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

IMPASSES IDEOLÓGICOS E MEMÓRIA ESTUDANTIL NO CINQUENTENÁRIO DA OBRA *O PODER JOVEM* DE ARTHUR JOSÉ POERNER

*Thiago B. Castro*¹

INTRODUÇÃO

Arthur José Poerner² publicou seu livro de maior impacto sobre o movimento estudantil – *O Poder Jovem* – em 1968, momento de grande

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp. Mestre em Ciências Sociais (UNESP FFC-Marília). E-mail: thiagobc.castro@gmail.com.

² Arthur José Poerner, nascido em 1939, escritor e jornalista carioca. Bacharel em Direito, com pós-graduação em Comunicação e autor de diversos livros, entre os quais *Argélia: o caminho da independência* (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966) e *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros* (Civilização Brasileira, 1968), livro que foi proibido pela ditadura após o AI-5, relançado clandestinamente pelo movimento estudantil, em 1977, e reeditado em 1979 pela editora Civilização Brasileira. No jornalismo,

tensão política e de expressivas agitações culturais de caráter oposicionista ao regime ditatorial. O crítico literário e colega de Poerner no *Correio da Manhã* e *Folha da Semana*, Otto Maria Carpeaux, ao escrever uma resenha do livro *O Poder Jovem*, publicada na *Revista Civilização Brasileira*, edição 19/20 de 1968, localizou a obra no interior de uma onda de manifestações estudantis que ocorreram em várias partes do mundo. Conforme Carpeaux:

E essa obra sai no momento em que o movimento estudantil explode e adquire força inesperada no Brasil e no Japão, na Argentina e no México, no Uruguai e nos Estados Unidos, na França e na Espanha, na Polônia e na Itália, na Alemanha e na Holanda e assim em diante. A atualidade do assunto – e do livro – é um fato. (1968, p. 303).

Esta obra pode ser apresentada a partir de uma tripartição, que articula: 1) movimento estudantil – mais precisamente por meio da influência da União Nacional dos Estudantes (UNE) sobre a organização dos estudantes no Brasil – 2) ditadura militar – pela via da censura e repressão ao movimento estudantil e ao próprio livro em questão –, e 3) cultura – tomando por base a emergente indústria cultural, sobretudo o crescente e presente mercado editorial.

O livro em questão conseguiu preencher uma lacuna na bibliografia sobre movimento estudantil ou história dos estudantes no Brasil. Nas palavras de Antônio Houaiss que escreve uma apresentação da obra: “Constitui uma tentativa de balanço do movimento estudantil brasileiro, da colônia aos nossos terríveis dias.” Ora, *O Poder Jovem* se situou num momento de crescente importância dos movimentos estudantis no contexto global, contudo buscando tornar factível uma potencial tomada de consciência do movimento estudantil brasileiro em consonância com os demais em outros países, mas inserido nos limites da realidade social, política, econômica e cultural do Brasil nos anos 1960.

começou em 1962, no jornal do Commercio; foi diretor do semanário *Folha da Semana* (1065/66) e redator do *Correio da Manhã* (1963/70), no Rio de Janeiro. Exilado, após sua prisão em 1970, foi redator e locutor da *Voz da Alemanha*, de Colônia, e correspondente do *Pasquim* (Rio de Janeiro) e revista *Istoé* (São Paulo), na Alemanha. De volta ao Brasil, em 1984, foi editor de cultura da *TV Globo* e colaborador da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, *d'O Estado de São Paulo*, *d'O Pasquim* e do *Jornal do Brasil*. Resumo da trajetória profissional de Arthur José Poerner retirado de seu blog. Disponível em: <http://arthurpoerner.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2014.

Poerner conduziu sua narrativa de forma linear, com apoio de documentos e depoimentos de ex-integrantes da UNE e se apropriou da história do movimento estudantil, podendo observar de que modo se deu a participação política dos estudantes no decorrer da história do Brasil. O livro está dividido em duas partes, “antes da UNE” e “a partir da UNE”, sendo que esta é a que nos interessa para fins de análise. Muitos dos acontecimentos descritos pelo autor ao longo desta segunda parte são do conhecimento de Poerner pela própria proximidade que ele possuía com os estudantes, uma vez que, era ainda muito jovem quando redigia *O Poder Jovem*. Tal proximidade esteve também expressa no esforço desempenhado por esses mesmos estudantes ao se organizarem para relançarem clandestinamente a referida obra em 1977, se expondo a uma situação de risco que era vivida por militantes de oposição ao regime militar. Portanto, torna-se significativo compreender a forma pela qual as memórias do movimento estudantil deslindadas por Poerner fizeram constituir um instrumento de luta e resistência dos estudantes em diferentes fases da composição e recomposição do movimento estudantil no Brasil. E, da mesma forma, colocar em realce a maneira pela qual a própria UNE aderiu à narrativa elaborada por Poerner, tornando-o um dos principais intelectuais porta-vozes do movimento estudantil nacional.

REPRESENTAÇÕES INTELLECTUAIS: TIPOS E MITOS

De acordo com Ianni (2002, p. 185) os caminhos de uma reflexão que visa uma “‘compreensão’ ou [...] ‘explicação’, pode levar consigo algo, ou muito, de ficção. A realidade transfigura-se em conceito e categoria ou metáfora e alegoria. Estas metáforas são frequentes, às vezes inevitáveis.”.

As representações são desdobramentos das metáforas que intelectuais estabelecem sobre seus objetos de análise, e elas incorrem em linhas de pensamento ou “famílias” de explicações do Brasil. São nas palavras de Octávio Ianni (2002, p. 179)

[...] várias inquietações, interrogações ou mesmo interpretações que se elaboram nesses e em outros estudos e narrativas, destinados a esclarecer a história, descrever as épocas, explicar as raízes ou descobrir as perspectivas do país, sociedade nacional, povo ou Estado-Nação.

Ainda de acordo com Ianni (2002) no imaginário desses intérpretes, de onde emergiram essas “linhas de pensamento”, há pelo menos cinco grandes narrativas que visam compreender e explicar o Brasil. Resumidamente elas compreendem as respectivas noções: 1) Estado como constituidor da sociedade civil, sendo esta pouco organizada e dispersa. Dessa forma, o Estado promove as mudanças e as direções, ou seja, tutela a sociedade em conformidade com as elites; 2) o Brasil como amplamente determinado pelos movimentos dos mercados externos, do colonialismo ao globalismo; 3) país marcado pelo patriarcalismo que se desenvolve no curso dos séculos de escravismo, possuindo diversos desdobramentos. Isso numa contínua associação, mescla ou confusão entre o público e o privado; 4) a singularidade de ser uma “democracia racial”, a despeito dos séculos de escravismo e na forma como são tratados prática e ideologicamente o índio, o negro, o estrangeiro etc., um verdadeiro “laboratório racial”, e 5) um “lusotropicalismo” que fez o Brasil se destacar através de uma “história incruenta”, de “revoluções brancas”, na qual desenvolve-se a “democracia racial” (p. 179).

Inúmeros escritores, historiadores, sociólogos e afins, dos séculos XIX e XX com maior ênfase, tornaram-se representativos das mencionadas interpretações. São alguns poucos exemplos: Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira*; Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*; Euclides da Cunha, *Os Sertões*; Lima Barreto, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*; Mário de Andrade, *Macunaíma*; Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa*, e outros tantos citados no artigo de Ianni.

Entretanto, o ponto fulcral da análise realizada por Ianni no artigo em questão é o afloramento, a partir das interpretações fornecidas, de outra linha interpretativa: “Trata-se da visão do Brasil, de sua história, como uma constelação de tipos, com alguns dos quais se constroem tipologias, sendo que, em alguns casos, desdobram-se em mitos e mitologias.” (IANNI, 2002, p. 180).

Em tese, a perspectiva tipológica não está desvinculada de alguma grande família de interpretação, pelo contrário, surge em consonância a elas. Ianni (2002, p. 180) esclarece esse processo ao afirmar que:

A perspectiva ‘tipológica’ focaliza a realidade social ou a história do país em termos principalmente culturais, com nítidos ingredientes psicossociais. E focaliza a sociedade, a política e a cultura, seja em termos de estudos de ciências sociais, seja em termos de narrativas literárias, como setores ou círculos que podem ser tratados separadamente, nos quais haveria dinâmicas próprias, certa autonomia. É como se a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais, um tanto ou muito alheios às relações, processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se poderiam revelar mais abertamente os nexos e os movimentos da sociedade, em suas distintas configurações e em seus desenvolvimentos históricos.

Os “tipos” povoam o pensamento brasileiro por meio da literatura, das artes plásticas e se multiplicam nos estudos de Ciências Sociais, por vezes “conferindo a alguns tipos e mitos outras e novas modulações.” (IANNI, 2002, p. 181). A fim de decifrar as novas modulações faz-se necessário traçar uma “cartografia” dos tipos e mitos no decorrer da nossa história e observar o clima intelectual, no qual um determinado tipo ou mito reaparece ou é inventado. Para Ianni (2002, p. 182), “são frequentes e às vezes, notáveis os tipos que se criam e recriam, taquigrafando a difícil e complexa realidade.”

Tomando por base as definições expostas por Ianni acerca dos tipos e mitos, torna-se plausível a hipótese, na qual Arthur Poerner, ao redigir e publicar *O poder jovem* no “calor” dos acontecimentos pós-golpe de 1964, tenha recorrido a uma análise sobre a história do movimento estudantil marcada por sua identificação/aproximação com os próprios estudantes, bem como com as diretrizes político-ideológicas que orientaram o movimento, criando um “tipo” explicativo para descrever os estudantes brasileiros e o seu processo de luta contra a repressão militar. A representação de um “despertar espontâneo” presente na tipificação que Poerner elabora em seu texto constata-se quando descreve, por exemplo, a atuação voluntarista dos estudantes na resistência que estes protagonizaram logo após o golpe que depôs João Goulart da Presidência da República. Flávia Santana (2007, p. 61) reforça essa ideia esclarecendo que, de fato, o movimento estudantil representou uma força não desprezível: “Após

o golpe, o movimento estudantil passou a ser considerado pelo regime uma das maiores forças oposicionistas, pela sua capacidade de mobilização popular e suas manifestações reivindicatórias anteriores.” (SANTANA, 2007, p. 61).

Por outro lado, há que se considerar que não se tratou apenas de uma politização espontânea do ME, haja vista o crescimento do número de matrículas no ensino superior entre os anos 1960 e 1980, oferecendo, portanto, uma base numérica significativa para o movimento³, aspecto importante ignorado por Poerner. Seguindo a mesma lógica, se houve numa parcela do movimento estudantil e até mesmo de outros setores sociais, a expectativa de que outros setores como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), se posicionassem de imediato quanto ao golpe de 1º de abril, ela certamente caiu por terra juntamente com o projeto aliancista do Partido. O PCB, que nos campos político e cultural representava uma força significativa, além de estar presente nas instâncias de representação da UNE, não chegava a um caminho comum entre seus membros e não era apenas na cúpula do Partido que havia divergências sobre os rumos a seguir. Para Daniel A. Reis Filho (1990, p. 48):

As bases estudantis, envolvidas nos primeiros movimentos sociais, ganhavam autonomia. Fugiam ao controle das instâncias formais, estabeleciam relações entre si, inclusive no plano interestadual, mantinham contatos e recebiam influências da POLOP e do PC do B.

Na prática isso representou o rompimento com as tradições partidárias, cujos membros sempre dependiam de ordens da cúpula. As bases estudantis, portanto, “formavam um veio próprio desde 1965: a dissidência.”⁴ (REIS FILHO, 1990, p. 49). Em suma: “O PCB [...] atropelado pelos acontecimentos de março de 1964 e preocupado em garantir a integridade mínima dos seus quadros mais importantes,

³ Em estudo apresentado em 2003, o Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior, mostrou que: “O ensino superior universitário e não universitário se ampliou de maneira extraordinária, desde o início do regime, em 1965 até o final da década de 1970. Em cerca de quinze anos, o número de matrículas no ensino superior passou de 95.691 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentaram as maiores taxas de crescimento” (2003, p. 17). Ao analisar especificamente o ensino público a pesquisa constata: matrícula no setor público aumentou, nesse período, de 182.700 a 492.000, ou seja, teve um incremento de cerca de 260,0%. (DURHAM, 2003, p. 18).

⁴ Daniel Aarão Reis Filho se refere à DG (Dissidência da Guanabara) que culminou na formação do MR-8.

só conseguiu ter uma posição oficial diante do golpe em 1965, com a ‘resolução de maio’ do Comitê Central.” (NAPOLITANO, 2011, p. 29).

A maneira como Poerner destacou a figura do jovem juntamente com a sugestão da existência de um “poder jovem” vem ao encontro das concepções que inserem a juventude em representações socioculturais e na sua interação com as instituições.

A juventude é caracterizada a partir de um registro tríplice: o reconhecimento de que se trata de uma fase da vida, a constatação de sua existência como força social renovadora e a percepção de que vai muito além de uma etapa cronológica, para constituir um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal. (AUGUSTO, 2005, p. 6).

A maneira como Poerner destacou a figura do jovem, juntamente com a sugestão da existência daquilo que ele denomina de “poder jovem”, vem ao encontro das concepções que interpretam a juventude a partir de representações de caráter sociocultural para definir, unilateralmente, sua interação com as instituições. Disso se depreende que o trabalho de Poerner se situou na constatação de que a juventude possui uma força social renovadora, pois lhe foi atribuído algum tipo de poder. Como mencionado anteriormente, o modo como se construiu a tomada de consciência dos estudantes do Brasil em consonância com os de outros países, tal como descreve Poerner, supõe de antemão a inata capacidade de organização das massas estudantis no exercício da consciência democrática. Noutras palavras, *O poder jovem* serviu-se de uma narrativa laudatória e endossou uma memória construída sobre a resistência estudantil repleta de saudosismo, e que se desdobrou em simplificações sobre as reais atividades desenvolvidas pelo movimento estudantil. Segundo Poerner:

A história da UNE e do movimento estudantil brasileiro se confunde, inteiramente, a partir de abril de 1964, com a história da repressão às liberdades e da intervenção estrangeira no Brasil. De um lado a Lei Suplicy de Lacerda. De outro, o Acordo MEC-USAID. Os estudantes, que vinham de conquistas como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) – para isso, o Presidente Goulart liberara, em 10 de março de 1964, uma verba de dois bilhões de cruzeiros (velhos)

–, passaram, automaticamente, à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhares ‘eternamente vigilantes’ das novas autoridades. Ser estudante equivalia a ser ‘subversivo’. (POERNER, 1979, p. 218).

Com esta passagem, Poerner nos passa a ideia de que os estudantes sofreram intervenções muito rígidas em suas organizações, o que conseqüentemente teria levado sua entidade máxima – União Nacional dos Estudantes (UNE) – à clandestinidade. Mais do que isso, na concepção de Poerner, que analisou os eventos não por uma ótica crítica, de distanciamento de seu objeto, mas imbuído de sua memória e vivência, o trecho transcrito remete à tentativa de desarticulação dos estudantes universitários, no interior de seu próprio espaço de representação intelectual e profissional, a universidade. Isso porque estes estudantes, dentre os quais emergiram muitos e importantes intelectuais nas décadas de 1960 e 1970, eram o elo entre as classes populares e as classes médias e até elite no Rio de Janeiro e em São Paulo. A memória social colocou os anos 1964 até 1968, como sendo de relativa liberdade de expressão. Para Marcos Napolitano (2011, p. 45) a explicação para isso é que o regime possuía de imediato, duas questões a serem sanadas. A primeira era perseguir os quadros do regime deposto; e a segunda era quebrar os elos existentes entre ativistas políticos culturais de esquerda e os movimentos sociais – movimento estudantil, por exemplo. Inclusive quando a contestação se amplia, principalmente entre a classe média, a começar pelo movimento estudantil que se rearticulou em 1966, passando a realizar vastas passeatas nas ruas (NAPOLITANO, 2011, p. 39).

O regime buscou conter o suposto avanço da ideologia comunista entre os universitários e assegurar o controle administrativo das universidades públicas. Para tal objetivo, no governo do primeiro presidente militar após o golpe, general Castello Branco, foi promulgada a Lei Suplicy de Lacerda⁵ tendo enorme repercussão entre os estudantes. “No primeiro ano de mandato de Castello, circulavam pelo país notícias que informavam sobre o envio de uma mensagem do ministro da Educação, Suplicy de Lacerda,

⁵ “Suplicy, o mais catastrófico ministro da Educação na história da pedagogia nacional, fora até o início de 1964 um modesto reitor da Universidade Federal do Paraná. Viu-se catapultado ao gabinete pelo general Ernesto Geisel, que conhecera anos antes, quando servia em Curitiba. Chamava de ‘escorpíões’ e agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes os estudantes que faziam passeatas contra o governo.” (GASPARI, 2002, p. 225).

ao Congresso sugerindo a extinção da UNE⁶ [...]” (SANTANA, 2007, p. 62). Para Arthur Poerner o ponto positivo da iniciativa do ministro Lacerda foi que ela provocou a rearticulação dos estudantes após o golpe e que a lei em questão teria sido o fator determinante para isso. Conforme Poerner: “A Lei Suplicy de Lacerda apresentou, contudo um grande mérito: o de aglutinar, na luta pela sua revogação, o movimento estudantil, que atravessava, naturalmente, uma fase de reorganização, como consequência da perseguição aos seus líderes.” (POERNER, 1979, p. 231).

João Roberto Martins Filho atesta a reorganização do movimento estudantil no imediato pós-golpe de 1º de abril. Segundo ele: “É possível dizer, assim, que, logo nos primeiros meses, o regime deparou-se com uma oposição difusa e não-articulada no meio estudantil, que se aprofundaria depois com a luta contra a ‘Lei Suplicy.’” (1986, p. 97). Martins Filho explicou sobre as dificuldades que a UNE enfrentava para se articular enquanto unidade de representação dos estudantes, a razão para isso viria das disputas entre a esquerda e os liberais pelo controle da entidade. Com isso, “[...] as primeiras manifestações de descontentamento do meio universitário diante das medidas anunciadas pelo governo militar originaram-se das entidades que haviam escapado ao fechamento e à repressão, porque haviam se colocado tacitamente a favor da intervenção militar.” (MARTINS FILHO, 1986, p. 108).

Martins Filho, portanto, conseguiu acrescentar esta informação que não é esclarecida no livro de Poerner, a de que uma parcela de estudantes liberais apoiou o golpe. Para Saldanha de Oliveira, Arthur Poerner ignorou essa questão, porque “esse comportamento não condiz com a ‘tradição estudantil.’” (OLIVEIRA, 2005, p. 51). Mais do que isso, Alberto Saldanha de Oliveira (2005, p. 51), conclui sua tese seguindo ao encontro das hipóteses aqui lançadas acerca dos “tipos e mitos”. Escreve este autor:

A afirmação da UNE e o relato sobre sua trajetória ao longo das várias gerações, em particular o construído por Arthur Poerner, foi se construindo em um mito político. O relato de ‘O Poder Jovem’

⁶ Em 1964 a UNE foi extinta (lei nº 4464). Dessa forma, a entidade deveria ser substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniãos Estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEES), extinguindo as entidades estudantis autônomas por outras vinculadas ao regime. A Lei Suplicy de Lacerda concedia a ao Ministério da Educação a convocação dos Diretórios Nacionais e Estaduais, ferindo o princípio da autonomia estudantil (cf. GASPARI, 2002, p. 226; POERNER, 1979, p. 231).

muniu várias gerações de lideranças estudantis de argumentos materiais e simbólicos, capazes de reforçar o sentimento de identidade e ‘pertencimento’ a uma ‘idade de ouro’. A ‘reconstrução’ feita por Poerner demonstra que o projeto histórico da UNE guarda ‘um modelo exemplar’, a defesa dos interesses ‘nacionais, populares e democráticos’.

Essa ideia de uma “idade de ouro” é reforçada por Poerner ao encerrar o capítulo em que trata dos efeitos do AI-5 sobre o movimento estudantil. De acordo com Poerner, o “Poder Jovem” foi reduzido ao silêncio pela ditadura ou em alguns casos desencadeado o processo de luta armada entre os estudantes. E concluí:

[...] fenômeno grave para todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas posições políticas, por haver representado o trágico sacrifício de uma geração heroica e idealista – talvez a melhor e a mais completa das gerações com que o País contou em toda a sua História de quase meio milênio. (POERNER, 1979, p. 307).

Outro ponto acrescentado por Martins Filho se refere aos dados estatísticos que serviram como uma das bases de sustentação do argumento anteriormente transcrito de Poerner. Ele inicia seu questionamento da seguinte forma:

Para fins de análise, interessa sobretudo destacar que o repúdio à política autoritária para a universidade se constitui num ponto comum ao conjunto da categoria estudantil, logo depois do golpe. Desse modo, embora *não atingisse as proporções que a historiografia do movimento tem lhe atribuído*, o plebiscito realizado pela UNE em março de 1965 expressaria uma significativa condenação da ‘Lei Suplicy’ no seio do estudantado. Por outro lado, a luta contra a legislação autoritária se configuraria na motivação inicial para a reaglutinação política e organizativa do movimento, durante o ano de 1965 e, nesse quadro, criam-se as condições iniciais para a gradativa retomada de influência da esquerda. (MARTINS FILHO, 1986, p. 116, grifo nosso).

E o mesmo autor, em nota de rodapé, termina seu raciocínio confirmando:

Num total de 24.513 estudantes universitários da Guanabara, foram consultados 7.584 e os votos contrários à lei atingiram 80%. Estes dados estão em BRITO, Sulamita. 'A juventude universitária e a política' em Cadernos Brasileiros, Rio, julho-agosto de 1968, nº 48, pp. 5-19. Aí, Sulamita afirma que a dificuldade de conseguir dados [...] poderia ser atribuída 'ao receio dos estudantes em fornecer dados exatos da amplitude ou debilidade do movimento estudantil'. Há notícias sobre os resultados de São Paulo em O Estado de S.Paulo, edições de 26 a 31 de março de 1965. O repúdio à lei coincidiria assim com o primeiro aniversário do golpe. Por outro lado, os dados divulgados pela UNE e citados por Poerner, segundo os quais 92,5% dos universitários de todo o país votaram contra a lei parecem bastante improváveis. (MARTINS FILHO, 1986, p. 116, grifo nosso).

A questão que se coloca a partir dessas assertivas de Poerner e da precedente análise é a mesma postulada por Claudia Gusson, na qual a autora questiona: "A militância do movimento estudantil estaria relacionada à condição de ser jovem ou de ser estudante?" (2008, p. 53). De que maneira isso poderia ser respondido à luz da compreensão que Poerner possui sobre a militância estudantil no período após o surgimento da UNE, especialmente nos anos que se sucederam ao golpe de 1964?

O debate proposto lança mão de duas ideias que irão defender a primazia da condição de estudante para a militância estudantil, relegando a um segundo plano a condição juvenil, caracterizada na noção de "poder jovem". "A primeira apresenta o estudante sempre na condição de disponibilidade de engajamento político para a defesa das causas sociais. A segunda encara a atuação reivindicatória do estudante como um trampolim social de suas aspirações de classe de origem." (RESENDE *apud* GUSSON, 2008, p. 57).

A primeira tendência é bastante criticada por alguns historiadores e sociólogos que estudam ou estudaram a atuação do movimento estudantil brasileiro em diferentes contextos, uma vez que relaciona a participação política dos estudantes com a defesa das classes desfavorecidas. Gusson,

resgatou de Martins Filho e Daniel A. Reis Filho as posições críticas frente à esta tendência. Segundo a autora, Martins Filho explica que a visão de um estudante como agente defensor das camadas menos favorecidas não passou de uma “mitologia” estudantil, e que é preciso superar a ideia de que o estudante no Brasil sempre esteve ao lado do povo brasileiro em todas as suas lutas. Reis Filho, segundo Gusson segue o mesmo raciocínio e lembra que a militância estudantil não está predestinada a ser questionadora, tampouco revolucionária. Logo, ambos os autores colocam a origem de classe como influência fundamental na atuação estudantil entre os jovens (GUSSON, 2008, p. 57).

A segunda tendência considera os estudantes não como defensores das camadas pobres da sociedade, mas sim como representantes de uma atuação política que resulte na sua ascensão social, independente da classe social da qual originam. Gusson atenta às possíveis confusões que tal interpretação pode ocasionar. Isso posto, novamente nos conduz a Martins Filho, além de Marialice Foracchi, para os quais a ênfase da análise concentra-se na origem de classe, mas considerando que “existe o risco de entender o engajamento dos estudantes em manifestações políticas como atitudes oportunistas e individuais.” (GUSSON, 2008, p. 58). No entanto, inseridos numa coletividade, os anseios particulares são superados no intuito de concretizarem um projeto maior. “A militância estudantil é uma luta de caráter coletivo, esboça uma ruptura da ordem vigente e não se trata mais da tentativa isolada de ascensão social, através da educação, de indivíduos menos ou mais pobres.” (RIDENTI *apud* GUSSON, 2008, p. 59).

Algumas passagens d’*O Poder Jovem* asseguram o posicionamento de Poerner na defesa dos estudantes como combativos, defensores de ideais nobres em defesa do povo, fazendo reforçar a posição de Martins Filho de que houve uma mitologia estudantil. Algumas das passagens transcritas de Poerner, nas quais ele defendeu a ideia do “poder jovem” em face dos acontecimentos da época serão analisadas.

A interpretação que Poerner ofereceu em sua obra deve ser problematizada no contexto de referência da origem de classe dos estudantes universitários, a “pequena burguesia ascendente” ou simplesmente “nova

classe média”⁷ (FORACCHI, 1965, p. 221). Ridenti acena na mesma direção, pois se deve compreender a especificidade da situação de estudante, esta que se compõe como “transitória entre as classes de origem dos universitários e as classes que ajudarão a constituir depois de formados.” (RIDENTI, 1993, p. 141). O movimento da sociedade de classes é o limiar das lutas estudantis, isso faz do movimento estudantil um indicador dos problemas da sociedade como um todo.

A “nova classe média” está, para Foracchi (1965), numa relação de dependência, com as demais classes, e isto sugere que sua ação seja ambivalente. Por um lado, ao ser assalariada a classe em questão se vincula às camadas populares, compartilhando reivindicações, mas de modo tímido; por outro lado, também se vincula às camadas dominantes, em termos de dependência e subordinação. Desse modo incapacitando-a para uma tomada de posição que exija ruptura. No seio do ME – movimento estudantil – o projeto dos agentes nele envolvidos se norteava com vistas à carreira. Poerner não busca ampliar a ideia de que o ME se empenhou intensamente na luta dos setores médios pela abertura da universidade, o que ele manifesta no trecho a seguir corrobora com tal concepção e serve de parâmetro para uma análise mais abrangente:

É claro que o universitário poderia dizer: ‘Bem, pelo menos o meu diploma está garantido [referindo-se aos dados oficiais apresentados a respeito do número de crianças e adolescentes que conseguem se formar no ensino básico e dos que ingressam nas universidades, além dos investimentos nestas instituições] Quanto menos formados haja, menor a concorrência. Em terra de cego, quem tem olho é rei’. A atitude da maioria deles, no entanto, tem sido diversa. Eles recusam o título de príncipes de uma sociedade subdesenvolvida, lutando para que todos tenham acesso ao ensino, e enfrentam, por conseguinte, a força poderosa dos que precisam de um Brasil atrasado. (POERNER, 1979, p. 302-303).

Marcelo Ridenti procura ir além e vincula a luta dos estudantes ao caráter classista da sociedade brasileira, a passagem que se lê acima considera que “[...] o acesso à universidade seria parte do projeto de ascensão

⁷ Foracchi (1965, p. 221) esclarece em nota a origem da expressão por ela utilizada: Lewis Corey, “The Middle Class”, in. Bendix and Lippsett, *Class, Status and Power*, p. 373; C. Wright Mills, *The White Collar*, The American Middle Classes; David Riesmann, *The Lonely Crowd – A Study of the American Changing Character*.

social dentro da ordem capitalista, projeto da classe média, ou pequeno-burguesa.” (RIDENTI, 1993, p. 144). Não obstante, por melhores que sejam as intenções de Poerner ao descrever a preocupação dos estudantes – que possuem o mérito de terem lutado em prol da educação – não se esclarece os movimentos que a luta em questão fomentou na sociedade brasileira. De forma não acintosa o que as camadas médias estavam fazendo era estimular a ascensão social por meio do acesso à universidade, alimentando a ilusão de elevar-se socialmente, entre os setores menos favorecidos, fazendo assim oposição à ideologia proletária. Ridenti esclarece que a ilusão da ascensão social via estudos é compartilhada por todos os segmentos sociais despossuídos. Alimentar essa ilusão é requisito para a manutenção da ideologia burguesia na sociedade, uma vez que: “A ordem social capitalista é a única que os despossuídos conhecem – nada mais legítimo que procurem ascender dentro dela.” (RIDENTI, 1993, p. 144). A luta pela ascensão social com caráter coletivo assumido pelo ME nos anos 1950/60, apesar de esboçar uma ruptura, ainda se mantém com objetivos visados dentro da ordem capitalista⁸. O que esta luta expressa, de fato, é uma busca conjunta por direitos de cidadãos integrais, que fazia parte das aspirações dos despossuídos (RIDENTI, 1993, p. 144). Ora, a própria luta específica da classe média pela reforma e defesa do ensino não era alheia aos interesses imediatos dos trabalhadores. Grande parte disso que se chamou de “classe média ascendente” era formada pela classe trabalhadora, ainda que não sejam proletários propriamente ditos. Ridenti (1993, p. 144) ressalta que “lutas populares por mudanças econômicas, políticas, educacionais e sociais em geral dentro da ordem capitalista, não são necessariamente revolucionárias, mas fazem parte do processo de constituição da classe trabalhadora”. Na ótica de Foracchi ao reagir contra a influência conservadora sobre as universidades “os estudantes estão tentando desatar os vínculos que prendem sua camada de origem a este tipo de ingerência conservantista e indicando, de certo modo, as potencialidades ‘revolucionárias’ da situação de classe em que se encontram.” (FORACCHI, 1965, p. 224).

Sendo assim, compreendendo que Arthur Poerner não explorou a história do movimento estudantil à luz das teorias sociais e históricas,

⁸ É possível dizer, portanto, que a ruptura é ideológica, mas não estrutural. Afinal, os estudantes coincidem discursos com os despossuídos, mas estruturalmente eles continuam no processo de ascensão socioeconômica, onde as classes desfavorecidas não têm lugar, a exceção dos discursos dos próprios estudantes.

visando esclarecer os vínculos que não saltam aos olhos, presentes nas relações sociais que ele buscou nos expor, é que se identifica seus próprios aspectos de tipificação sobre os estudantes. Por não colocar em evidência a perspectiva de uma sociedade de classes, Poerner não traz ao leitor as aspirações de uma classe média que ascendera há pouco. De acordo com Ridenti (1993, p. 145):

Assim, pode haver muito de mistificação ao se falar em aspiração de acesso ao ensino superior da parte das camadas médias. Tal aspiração é do conjunto dos trabalhadores na busca de direitos integrais do cidadão. (Naturalmente, a identificação de cada um como cidadão e sujeito de direitos tem um caráter ocultador da divisão da sociedade de classes).

Outro aspecto de considerável relevância que pode ser identificado no livro *O Poder Jovem* de Arthur Poerner, e que se afina com o debate colocado anteriormente sobre condição juvenil e condição estudantil, além das questões políticas e ideológicas que a obra apresenta, é a correspondência entre a própria juventude – tema central da obra – e os intelectuais, remetendo ao autor do livro analisado.

Poerner descreveu, por exemplo, a participação dos estudantes secundaristas em contraste com a dos universitários. Este autor se referiu aos secundaristas como sendo a “linha dura” do movimento estudantil, possuidores de tamanha disposição que chegava a assustar os universitários. Arthur Poerner elencou – a partir de sua própria concepção – que estes secundaristas não tinham os medos que tinham os universitários:

Além disso, eles não padeciam do medo de se ‘queimar’, que acometia muitos universitários quando, às vésperas da formatura, começam a se preocupar com a conquista de um lugar ao sol na sociedade que tanto combateram [...] demonstrava também, no mais alto grau, o caráter de generosidade e sadia inquietação da juventude brasileira. (POERNER, 1979, p. 286).

Apesar de saudá-los, Poerner pouco explorou a participação dos secundaristas na luta estudantil dos anos de vigência do regime militar. Com isso, faz-se realmente difícil determinar o grau de envolvimento deste

grupo e suas “armas” para lutar contra um regime repressor. Sem uma direção política estabelecida ou um arcabouço teórico que inspirasse as formas de resistir, estes estudantes poderiam receber a pecha de “rebeldes”, com base em suas ações.

Leandro Konder em artigo publicado na Revista Civilização Brasileira em 1967 trata do tema da rebeldia em sua relação com os jovens e de que maneira os intelectuais estariam envolvidos na questão. No artigo intitulado *A rebeldia, os intelectuais e a juventude*, Konder (1967, p. 136) alerta que “a rebeldia, por si só, não basta para que a conduta humana se torne libertária: é preciso que o inconformismo se exerça na direção certa.”.

O que chama atenção no artigo de Konder é o modo como ele procurou dar conta das dimensões políticas da rebeldia e da ação revolucionária. Leva em conta o fenômeno da inserção dos estudantes no debate político e o papel do intelectual em fornecer os instrumentais necessários para essa luta; isso, para que o jovem pudesse exercer a resistência consciente de sua ação e não simplesmente estagnar permanentemente no estágio da rebeldia, que segundo Konder, não possuía legitimidade política alguma. (CZAJKA, 2015, não paginado).

É neste ponto que Poerner se localiza, juntamente com seu livro, pois resgatou todos os fatos e os ordenou temporalmente. O jornalista Arthur Poerner para alcançar o público pretendido por ele necessitava colocar sua obra em evidência, colocá-la no mercado. A representação social de intelectuais, como Poerner, no âmbito da cultura – através de suas publicações, fosse na forma de livros ou no seu ofício de jornalista – viu-se atrelada à estrutura de mercado. O crescimento do número de publicações durante a primeira metade da década de 1960 deveu-se, sobretudo, a esse aspecto sócio-político importante: o fortalecimento de espaços de debates – aqui expresso pela editora Civilização Brasileira que publicou a obra em questão – a fim de dar continuidade aos projetos outrora propostos no interior de instituições desmanteladas pelo golpe. Por outro lado, havia o aspecto sociocultural que permitiu fazer daqueles espaços o “lugar” das discussões e debates antes em curso, como caracteriza Czajka (2010). Portanto, o livro de Poerner trouxe consigo a característica de fomentador de um debate até aquele momento pouco explorado. Contudo, o valor de

uma instituição estava garantido na sua existência concreta e na sua atuação efetiva na sociedade; um livro, uma revista ou um jornal representa esse valor no processo de recepção dos seus leitores, não à toa o livro recebeu censura já na sua publicação.

É nesse ponto que Konder entra no mérito da função social dos intelectuais – uma preocupação que afligia não somente o autor, mas todo conjunto da intelectualidade de esquerda que se via num processo complexo de organização das *formações culturais* de oposição e a sua inserção no espaço público ou no mercado. Konder, nesse caso, não se preocupava com essa inserção, mas com a maneira pela qual os intelectuais deveriam contribuir para a orientação (como agentes de uma vanguarda revolucionária) daqueles que, na segunda metade da década de 1960 promoviam mudanças significativas nas estruturas políticas e culturais da sociedade brasileira, a saber, os estudantes. (CZAJKA, 2015, não paginado, grifo do autor).

Esta preocupação de Konder a qual Czajka se refere em seu artigo ainda pode ser observada nos parágrafos finais do texto publicado pela Revista Civilização Brasileira (RCB).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poerner não se atenta para as mesmas preocupações de Konder, ao menos isso não acontece em seu livro. *O Poder Jovem* exibe um caráter panfletário por parte de um jovem jornalista, opositor ao regime instituído em 1º de abril de 1964 e entusiasta do ME. Este autor, tanto pelo livro quanto pela sua participação em projetos editoriais jornalísticos nos anos de 1960, inseriu-se numa rede de intelectuais opositoristas que naquele contexto contribuíam sistematicamente nos debates de assuntos pertinentes ao Brasil.

É inquestionável que o referido autor não se preocupou em pôr em perspectiva as ações de resistência dos estudantes, contribuindo, assim, para que estas ações, bem como seu livro fossem reificados, manipulados ainda hoje para a criação de um personagem com poderes intrínsecos, capazes de transformações dentro e fora das universidades. Portanto, *O Poder*

Jovem, sendo o primeiro estudo sistematizado e aprofundado da história dos estudantes brasileiro, consagra um novo personagem “tipologizado” e mitificado do pensamento brasileiro, o jovem estudante. Personagem, que não havia recebido um tratamento acadêmico, pormenorizado de sua inserção na vida política e cultural do Brasil

Ainda hoje o livro escrito por Arthur Poerner na década de 1960 encontra ressonância e amparo dentre membros da UNE, haja vista a utilização de uma memória de combatividade e o uso político do passado com a finalidade de dar coesão à entidade. No intento de reconstruir a identidade da UNE entre 1978 e 1979, Angélica Müller (2010, p. 206) assevera que: “O resgate da ‘memória’ da entidade, nesse momento, serviu de respaldo para revalorização da UNE. Serviu também como uma estratégia de definição da nova identidade do movimento através da memória⁹. Isso aponta para a decisiva influência que Arthur Poerner e *O Poder Jovem* tiveram nos folhetins e revistas surgidos de DCEs e CAs remontando a história da UNE. Considerado a “Bíblia” do movimento estudantil – inclusive em pronunciamentos de militantes atuais da UNE em eventos que lembraram os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 – Poerner (1979) descreve “de forma a enaltecer os agentes do movimento” e exalta o ME, “reafirmando que a UNE e os estudantes são ‘possuidores de um projeto nacional e progressista que, ao longo da história do país, sempre se fez presente.’” (p. 207).

A obra em questão nos ofereceu, portanto, elementos importantes para se refletir sobre a memória construída em torno do ME. A primazia da condição de ser jovem e estudante é a tônica da narrativa presente n’*O Poder Jovem*. Foi a partir disso, que o autor determinou as manifestações de repúdio e resistência dos estudantes contra o regime militar. Também a condição estudantil desses jovens envolveu a condição social dos mesmos, portanto, além de serem jovens, eles também eram estudantes e estavam vinculados a um ambiente que lhes proporcionavam as práticas de resistência, no caso em questão, a universidade.

Entretanto, foi possível desmistificar a figura do estudante como o agente responsável por sempre lutar em prol das causas populares. A origem de classe do estudantado influenciou de forma substancial na sua

⁹ Müller faz referência a RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000.

representação frente à universidade, ao ME e aos caminhos a seguir após a conclusão da graduação.

Esses indícios que possibilitam uma interpretação da obra *O Poder Jovem* e de seu autor sob a perspectiva formulada por Ianni a despeito da manifestação dos tipos e mitos no pensamento brasileiro, merecem uma análise aprofundada, sobretudo quando a utilização desses tipos ou dos mitos se direcionam ao “esvaziamento político” de fatos que se julga pouco relevantes.

Por fim, a forma pela qual Poerner conduz a premissa do “poder jovem” no interior da sua obra, atesta a necessidade que o autor tem de construir uma determinada imagem do movimento estudantil na década de 1960. O texto traz imprecisões conforme demonstra Martins Filho, mas isso não invalida a obra e aquilo que ela representa enquanto instrumento intelectual de uma resistência à ditadura de 1964. Imprecisões que revelam as escolhas que seu autor fez no momento da composição de uma identidade social e política do estudante e do movimento a que pertencia. E ainda: como o próprio Poerner ver-se-á representado no fluxo dos acontecimentos e dos fenômenos de resistência estudantil, não apenas como observador, mas sobretudo como um ator que fala dos e para os estudantes.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, M. H.O. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 11-33, nov. 2005.
- CARPEAUX, Otto M. Resenha: O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 19/20, p. 303-305, 1968.
- CZAJKA, R. A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 95-117, fev. 2010.
- CZAJKA, R. Do *Pessach* ao *Quarup* ou os impasses ideológicos na literatura do pós-golpe. In: DURÃO, F. A.; MUSSI, D.; MARANHÃO, A. P. (org.). *Marxismo: cultura e educação: contribuições do VII Colóquio Internacional Marx-Engels*. São Paulo: Nankin, 2015. p. 113-128.
- DURHAM, E. R. *O Ensino Superior no Brasil: público e privado*. 2003. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.

- FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.
- GASPARI, H. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GUSSON, Claudia M. *Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- IANNI, O. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 176-187, jan./jun. 2002.
- KONDER, L. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 15, não paginado, 1967.
- MARTINS FILHO, J. R. *O Movimento estudantil e a militarização do Estado no Brasil (1964-1968)*. 1986. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1986.
- MÜLLER, A. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NAPOLITANO, M. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. 2011. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- OLIVEIRA, J. A. Saldanha de. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, M. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- SANTANA, F. de A. *Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.